DEPOIMENTO

Catharina Cordeiro Lima

Em pauta, o Código Florestal

Catharina P. Cordeiro dos Santos Lima é Arquiteta pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professora Dra. Da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Coordenadora do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente e Coordenadora do Laboratório Paisagem Arte e Cultura da FAUUSP.

O mês de maio de 2011 provavelmente entrará para a História do Brasil como um período no qual a questão ambiental virou assunto nacional e onde foi testada a mais dramática correlação de forças entre diversos setores organizados da sociedade civil e o pesado interesse de poucos sob o emblema da chamada bancada ruralista da Câmara de Deputados (Congresso Nacional).

No epicentro do embate (que deveria ter sido um debate), o Código Florestal Brasileiro. Lei federal elaborada originalmente em 1935 e objeto de aperfeiçoamento 30 anos depois, tem como finalidade precípua garantir a conservação do patrimônio florístico e a apropriação adequada dos recursos naturais no território nacional e é, no momento, alvo de disputa com motivações econômicas, ideológicas, partidárias, éticas e científicas; enviada para votação na Câmara dos Deputados o projeto substitutivo do Deputado Aldo Rebelo (PC do B) propôs alterações importantes no termo da lei que, em sua base conceitual e de aplicação, significam um retrocesso na perspectiva de se buscar um modelo que preserve a integridade ambiental dos remanescentes florestais, hidrológicos e edáficos do país e forneça alternativas sustentáveis para a ocupação dos solos urbano e rural.

O pomo central da discórdia tem sido amplamente divulgado: setores organizados do agronegócio, grandes empresas nacionais e estrangeiras de celulose e papel e agentes dos interesses imobiliários pressionam por mudanças no Código a fim de que o mesmo se coadune aos interesses dessa parcela da sociedade, em detrimento de uma política socioambiental mais ampla para o campo (mas, também para a cidade) capaz de garantir a integridade e o sustentável uso do capital natural do país acomodando, também, a produção da agricultura familiar camponesa, a rigor responsável por 70% do que o brasileiro come, segundo o último censo do IBGE.

Em jogo, pesados interesses econômicos cujas motivações são claras e, em última análise, dizem respeito às escolhas que o Brasil têm feito quanto ao uso do seu território, ao modelo econômico agrícola e agrário ainda calcado em uma matriz monocultora, contaminadora e esgotadora do seu solo e das suas águas (o Brasil é o país que mais utiliza defensivos agrícolas no mundo, alguns, inclusive, ilegais); entre outros, o que está em cheque é a expansão do modelo agroexportador (e energético - os biocombustíveis) cujo foco são as commodities baseadas na produção de grãos. Ideologias à parte (se o Brasil deve, ou não, exportar commodities como a soja para “engordar animais no exterior”), não se trata tão somente de optar pelo uso do território como mercadoria internacional em detrimento da produção de alimentos, mas, de como essa apropriação territorial é feita.

O substitutivo do Dep. Aldo Rebelo propõe, genericamente falando, a redução (e mais larga ocupação) de Áreas de Preservação Permanente –APPs fluviais, vertentes acentuadas, topos de morro, áreas florestadas e da chamada Reserva Legal. Também propõe anistia para os crimes ambientais ocorridos até o ano de 2008. Deve-se ressaltar ainda que a simples menção de uma anistia mais ampla tem aumentado dramaticamente o processo de devastação florestal em estados como o Mato Grosso ; nesse processo reabilitou-se, inclusive, a prática criminosa do chamado “correntão” que consiste na delimitação de um perímetro a ser desmatado (sem nenhum cuidado com os animais habitantes) com pesadas correntes, puxadas, a seguir, por tratores poderosos que arrastam, então, toda a vegetação (incluindo árvores adultas) que em seguida será queimada. A prática é ilegal e mesmo assim foi retomada.

O Governo Federal, por sua vez, buscou costurar um acordo capaz de mediar o conflito entre o lobby ruralista e os deputados e setores ambientalistas; esse acordo foi alterado às pressas por parlamentares (incluindo o próprio Aldo Rebelo) e aprovado na Câmara no dia 24 de maio passado.

O Governo da presidente Dilma Roussef tem compromissos ambientais internacionais e será cobrado por isso, pois vai ser progressivamente difícil, na Europa, encontrar compradores e/ou consumidores de produtos brasileiros às custas da devastação ambiental e manchado com o sangue do campo; e aqui temos outra questão gravíssima, denunciada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil: a CNBB enviou ao Governo uma lista contendo o nome de mais de 1.800 trabalhadores rurais ameaçados de morte por latifundiários e madeireiros por lutarem contra os desmandos do campo, o que inclui o desmatamento ilegal, a grilagem de terras indígenas e de quilombolas, o trabalho escravo, a contaminação do solo e da água e o solapamento de nascentes e apropriação de APPs fluviais, entre outras práticas perniciosas - um corolário de crimes socioambientais, perfeitamente qualificáveis no termo da Lei.

A ministra-chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, Maria do Rosário, assumiu publicamente a impossibilidade de o Estado garantir a vida dessas pessoas ameaçadas, pois, segundo suas palavras, seria necessário destacar um contingente razoável de policiais (na proporção de 8 para uma pessoa); pouco depois dessa sua declaração na mídia televisiva, mais um trabalhador foi morto – o Sr. Adelino Ramos, líder de movimento camponês e sobrevivente do chamado “massacre de Corumbiara”, assassinado em Porto Velho (RO) por denunciar os crimes de corte e exportação ilegal de madeira na Amazônia; dias antes, os extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva foram também executados por motivos similares. Desde Chico Mendes (morto em 1988), passando pela irmã Dorothy Stang (2005) vários trabalhadores e defensores dos recursos e povos da floresta já foram assassinados pelos mesmos motivos. A questão envolvendo o campo é, portanto, agrícola e agrária; não há como aprofundar o assunto sem fazer essas relações. A sensação de insegurança no campo é a mesma nas cidades – territórios onde o Estado não chega e para cujos dramas sociais (e fundiários) não dá respostas; é um sentimento de desamparo, de “terra sem lei” e de guerra (mais do que luta) de classes na origem do problema.

Adicione-se, assim, ao drama do campo, o das cidades. Com o avanço sobre a base biofísica dessa forma inconseqüente, repetem-se anualmente catástrofes como (só para falar de 2011) a das Serras Fluminenses (que ocuparam vertentes), da metrópole paulistana (que impermeabilizou o solo urbano) e da cidade do Recife (que aterrou seus mangues), como se estivéssemos diante de uma espécie de “crônica da morte anunciada” – perdas humanas e materiais se repetem anualmente em várias cidades do território nacional, como tem sido amplamente divulgado pela mídia aos brasileiros.

Com as cidades assentadas de maneira insustentável sobre sua base natural é evidente que o Código precisa de um aprofundamento crítico capaz de fazer frente e dar respostas ao drama já consolidado – habitação precária sobre APPs - mas, também o avanço, ao largo da lei, do mercado imobiliário. A complexidade do assunto no meio urbano, que tem suas características próprias, demanda um aprofundamento crítico com vistas a “segurar” o que ainda resta e pensar em alternativas (de planejamento, projeto e gestão) para o que foi consolidado à revelia do Código ainda vigente, incluindo a possibilidade de compensações ambientais e ajustes de conduta, aliando-se, por fim, uma revisão bastante crítica das políticas de habitação social no Brasil que, em última análise, ampara-se em leis federais socialmente avançadas (como o Estatuto da Cidade) e uma prática urbana anacrônica incapaz de atender a vicissitudes sociais e ambientais envolvidas.

É importante ressaltar, ainda, a atuação recente do Ministério Público com relação ao assunto. No Seminário referido, representantes do MP acenaram com a possibilidade de um último recurso para vetar (caso as instâncias próximas não o consigam) o texto da reforma do CF sob a constatação de que este último fere a Constituição Brasileira. O parecer do MP, em seu site, é claro e bastante representativo desse posicionamento merecendo ser consultado para que se entenda melhor essa perspectiva.

Em tempo,
(uma pequena reflexão sobre o tempo das coisas)

O tempo da ciência. No processo de conflito na discussão do Código, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciência (ABC) elaboraram um documento bastante crítico e com base científica sobre o tema chamado “O Código Florestal e a Ciência – contribuições para o diálogo”, tornado público no site da SBPC; o documento, que tinha como objetivo subsidiar as discussões em torno das mudanças do CF foi fruto de um esforço acurado de Grupos de Trabalho que congregaram especialistas dos mais diversos campos do conhecimento, em um trabalho interdisciplinar e supra-ideológico/partidário; todos sabemos que o rigor requerido para a investigação científica demanda um tempo próprio a fim de se ter condições para o empreendimento da pesquisa, pautada por base confiável de dados, com a ampla consideração das variáveis envolvidas e dos prós e contras para fundamentar as escolhas; diante da complexidade socioambiental do tema, a SBPC “pediu a sociedade” um período de dois anos a fim de congregarmos técnicos, cientistas, acadêmicos e a sociedade capazes de fazer frente à envergadura desse trabalho.

Nada mais sensato. A complexidade do assunto e o número de variáveis envolvidas clamam por isso.

Em 07 de maio passado, o Coletivo Curupira reuniu cerca de 350 pessoas e 50 entidades em um Seminário Nacional sobre o Código Florestal, encontro de representação plural onde ao longo do dia técnicos, políticos e cidadãos debateram as motivações e prováveis consequências do substitutivo do deputado. Do seminário resultou um manifesto em repúdio ao substitutivo do deputado Rebello e com ênfase na necessidade de se discutir com calma o assunto.

Alternativas técnicas viáveis foram apresentadas pelas pesquisas de especialistas como o Engenheiro Florestal Prof. Dr. Paulo Kageyama (ESALQ-USP-Piracicaba), demonstrando a alta produtividade de certas culturas agrícolas, plantadas com rigorosos critérios em Áreas de Preservação Permanente, em um esforço conciliatório entre natureza e apropriação humana e dentro da capacidade de suporte dos ecossistemas ribeiros; esse trabalho caminhou no esforço da superação de pressupostos radicais tanto quanto ao uso ou não de tais áreas e de se uma abordagem agro-florestal é ou não produtiva. A pesquisa e atuação profissional do professor e pesquisador dão pistas para um entendimento mais abrangente desses ecossistemas e sinaliza para uma postura conciliatória, entretanto, sustentável.

O tempo da sociedade. E o povo brasileiro? O que acha disso tudo? Bem, a nação tem assistido entre um misto de apatia (“o assunto não tem a ver comigo”) e perplexidade (cidadãos comuns, movimentos sociais e organizações não-governamentais e outros setores progressistas da sociedade) o bate-boca no Congresso, suas cenas deploráveis e acordos manipulativos e antidemocráticos, feitos às pressas.

Por ocasião do Seminário promovido pelo Coletivo Curupira, aventou-se a perspectiva democrática de uma consulta à população. Nada mais justo e ético; a sociedade brasileira precisa se apropriar do espaço público da discussão ampla e irrestrita; o que o povo pensa sobre o assunto, porém, ainda é nebuloso. Entretanto, é preciso trabalhar no sentido do acesso ao conhecimento, debater o assunto não apenas em fóruns especializados, mas, nas escolas, nas universidades, no conjunto da sociedade como um todo e isso, evidentemente, demanda tempo; sim, pois se um plebiscito fosse realizado hoje, provavelmente teríamos a trágica repetição do que ocorreu com o plebiscito das armas, onde o povo votou sob a égide do medo e da desinformação; com a campanha acirrada do lobby ruralista por meio da Grande Mídia, não acredito

que tivéssemos um resultado fruto de uma consciência ambiental compreensiva, ou pelo menos, minimamente informada e amadurecida no tempo.

O Brasil que endossou e/ou votou favoravelmente ao substitutivo do referido deputado é o Brasil do atraso social, da impunidade ao crime, mesmo quando explícito, do anacronismo ambiental; em última análise está na contramão da História em um momento onde a humanidade já se deu conta de que de sua ética ambiental depende a sua sobrevivência; acordos e protocolos internacionais, progressivamente, buscam (muitas vezes sob forte pressão e notórias omissões) outros conceitos e políticas de desenvolvimento capazes de sustentar a vida no planeta.

Dessa forma, vale a pena lembrar que toda a discussão técnica e científica deve avançar no sentido da busca de uma ética maior que fundamente as escolhas e os encaminhamentos. A palavra Homem vem de Húmus (terra fértil), o que já sugere um campo reflexivo enorme capaz de promover essas conexões muitas vezes dormentes ou perdidas. Perguntas profundas e que dizem respeito aos nossos papéis e caminhos no planeta Terra, portanto, têm que ser feitas. Nesse debate centrado em projetos de lei, talvez valha a pena lembrar as palavras do filósofo mineiro Maurício Abdalla em seu brilhante livro “O princípio da Cooperação- em busca de uma nova racionalidade”; nesse trabalho em que discute “*a crise da natureza...e das relações humanas de produção e sociabilidade*” clama por uma nova forma de ver o mundo e seus habitantes, fundamentada na ontologia da solidariedade como paradigma capaz de balizar a direção do nosso caminho no planeta:

*“ O ser humano só superou sua imanência por ser um ser de projetos. **Pro jacto** significa lançar adiante. E o que nos faz um ser de projetos é a pulsão pela vida.”*

Lutar por um código florestal que celebre a vida deveria ser um projeto de todos nós. Para saber mais, recomendo visitar:

<http://4ccr.pgr.mpf.gov.br>

<http://www.sbpcnet.org.br>

www.cnbb.org.br